

A História e o seu ensino como verbo: negacionismos históricos e usos do tempo entre o passado imperfeito e os futuros do pretérito e presente¹

History and its teaching as verb: history deniers and uses of time between the imperfect past and the future of the past and presente

La Historia y su enseñanza como verbo: negaciones históricas y usos del tiempo entre el pasado imperfecto y los futuros del pasado y del presente

Caio Corrêa Derossi²

Resumo: O presente artigo de natureza bibliográfica e abordagem qualitativa, busca analisar e compreender as implicações da produção do conhecimento histórico e o seu ensino em um contexto de negacionismos, revisionismos e de notícias falsas. Para tanto, com base na bibliografia produzida sobre a historiografia e considerando o contexto da pandemia, a serem os autores citados ao longo do texto, discutiu-se as relações entre a historiografia, o ensino de História e os negacionismos.

Palavras-chave: Ensino de História, Historiografia, Negacionismo.

Abstract: This bibliographical article with a qualitative approach, seeks to analyze and understand the implications of the production of historical knowledge and its teaching in a context of denials, revisionisms and false news. Therefore, based on the bibliography produced on historiography and considering the context of the pandemic, the authors mentioned throughout the text, the relationships between historiography, the teaching of History and denials.

Keywords: History teaching, Historiography, Negationism.

Resumen: Este artículo bibliográfico con enfoque cualitativo busca analizar y comprender las implicaciones de la producción de conocimiento histórico y su enseñanza en un contexto de negacionismo, revisionismo y fake news. Para ello, a partir de la bibliografía producida sobre historiografía y considerando el contexto de la pandemia, con los autores citados a lo largo del

¹ Agradeço aos professores doutores pelas generosas leituras e sugestões ao longo da construção do texto.

² Mestre em Educação (2021) e Licenciado em História (2018) ambos pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). É especialista em Docência com Ênfase na Educação Básica (2022) pelo Instituto de Educação Ciência e Tecnologia do Estado de Minas Gerais (IFMG) e em Docência e Prática de Ensino em História (2022) pela Faculdade Descomplica. e-mail: derossi.caio@gmail.com

texto, se discutieron las relaciones entre historiografía, enseñanza de la historia y negacionismo.

Palabras clave: Enseñanza de la Historia, Historiografía, Negacionismo.

Palavras iniciais

A princípio, é importante destacar que este artigo, como tantos outros, foi produzido em contexto de trabalho remoto, imposto pelo quadro pandêmico mundial, que acirrou de forma significativa as desigualdades e as precariedades já existentes no Brasil. De forma sensível, o texto foi escrito quando já se ultrapassavam as quatrocentas mil pessoas que haviam perdido a vida, com recordes seguidos de mais de três mil mortes por dia. Os dados estatísticos utilizados são os veiculados na imprensa através de um consórcio de grupos de comunicação que consolidam os números das secretarias estaduais de saúde pelas cinco regiões do país e divulgam.

Como também se espera, tais dados têm paridade com os divulgados pelo Ministério da Saúde. A pandemia ganhou um tom ainda mais asseverado em função de uma incapacidade de gestão do governo passado, com a negação sistemática da ciência e das formas comprovadas de profilaxia de transmissão do vírus e uma ingerência na vacinação, medida histórica e cientificamente responsável por salvar vidas e minorar o agravamento dos casos.

Além da pandemia, o horror da guerra que devasta a Ucrânia após a invasão russa, é outro contexto que atravessa e afeta a produção do texto, nesse movimento espiral e contínuo da produção. Entretanto, mesmo com uma política de caráter genocida e com tantos outros agravos de distintas ordens, escrever o presente texto é um ato de resistência e de esperança em dias melhores.

O artigo, de abordagem qualitativa e natureza bibliográfica faz uma reflexão sobre o ensino de História em meio aos contextos de negacionismo, de revisionismo e de notícias falsas que colocam em dúvida não só a realidade e os fatos históricos, mas também, todo o processo de construção do conhecimento. Desse modo, o título propõe uma alusão aos tempos verbais e aos horizontes para o ensino de História. A ideia do verbo, enquanto uma classe de palavra, corresponde semanticamente à expressão sobretudo de uma ação, que vai implicar, em alguns casos, em um trânsito, entre objetos diretos, indiretos ou das duas formas em conjunto. A menção também traz, mesmo que de forma inconsciente, a ideia religiosa cristã

da comunhão, do verbo que se faz carne e habitou entre nós. Com relação aos sentidos dos tempos verbais homonimamente descritos no título, o passado imperfeito retrata uma ação pretérita que não foi finalizada. Já o futuro do pretérito oferece um entendimento de uma ação que era esperada no passado e que não se concretiza. O futuro do presente expressa uma ação que poderá acontecer no futuro.

Logo, o título anuncia que o artigo pretende refletir e tencionar as ações e os contextos da produção do conhecimento histórico, seu ensino e seus profissionais em um horizonte marcado pelos negacionismos e usos da história que interrompem trajetórias e que não cumprem com o que é esperado no sentido de uma formação ampla e cidadã, como suscita o passado imperfeito e o futuro do pretérito. Entretanto, o futuro do presente marca o esperar e a proposição de um ensino de História que sinalize um mundo mais justo e comprometido.

Por isso, o texto apresenta e/ou cita, mesmo que de forma concisa, diferentes escolas históricas e algumas idiossincrasias teóricas, para que os interlocutores possam estabelecer contato com elas, bem como perceber os movimentos de sincronia e de diacronia presente em todo o escrito, seja na forma de debate da construção do saber historiográfico, seja como ele é ensinado e negado, por exemplo, como um dos pontos a serem trabalhados.

Assim, o texto traz como premissa analisar como o ensino de História pode mobilizar os elementos da diacronia, da sincronia e da anacronia, entendida aqui para além de um sentido passado, mas em um espectro de comparação, que marcam o próprio fazer científico, para mobilizar a produção de conhecimento, seus agentes, seus contextos e suas instituições, contra as notícias falsas e o negacionismo, que serão apresentados ao longo do exercício de elaboração da temática proposta. Para tanto, far-se-á uma discussão localizando o ensino de História e a historiografia ante os negacionismos, tecendo algumas considerações acerca da produção do conhecimento histórico frente aos contextos vividos e proposições ao professor e ao ensino de História nesse período.

Ao fim, retomará o percurso de escrita da própria disciplina, enquanto área do conhecimento, com a finalidade de marcar uma posição contrária ao negacionismo e pontuar o papel desafiador do diálogo, da reflexão disciplinar e da ocupação do espaço público para o ensino de História nesses tempos. Vale destacar que, por uma opção de escrita do autor, imaginando uma maior fluidez da leitura, sem dispensar o rigor teórico-metodológico, o texto não traz de forma repetida e excessiva fontes, pois, em primeiro, ele não trata de casos analíticos específicos. E em segunda instância, todas as afirmações, estão por escrito,

referenciadas, ora pelos dados numéricos da pandemia gerados pelos órgãos competentes e reputados, bem como as afirmações tecidas ao longo do texto, estão em chancela com os autores e escolas teóricas citadas.

A historiografia e o ensino de História ante o negacionismo

As impressões iniciais desta seção foram motivadas e inspiradas por/em Ávila³. Sendo assim, Foner⁴ questionou em seu texto quem seria o proprietário da História. De forma retórica, o historiador norte-americanos respondia dubiamente que os donos da História eram todos e ninguém, no sentido que as interpretações do tempo correspondem a um itinerário sem um percurso e chegada únicos, cabendo distintas compreensões. A implicação do pensamento de Foner⁵ confronta uma ideia presente no senso comum de uma História *magistra vitae*⁶ que ensina aos sujeitos a não repetir os erros do passado, ou ainda de um conhecimento histórico encastelado, linear e salvaguardado por uma figura específica, o historiador, representado em conjunto com uma identidade de antiquários, monumentos, patrimônios materiais tombados.

Para Foner⁷, mesmo que a História merecesse deferência e rigor na sua produção, o motivo de sua existência se dá em função de um exercício de significação da vida humana, marcando assim, uma discussão plural sobre a sociedade e os fatores que a interseccionam, como uma característica própria do ramo de conhecimento. Logo, em consonância com Foner⁸, Rösen⁹ vai destacar que a História aprendida e ensinada pode servir para orientar nossas vidas. Mais adiante, Rösen¹⁰ será retomado para o aprofundamento dessa questão e do ensino de História.

³ ÁVILA, Arthur de Lima. Qual passado usar? A historiografia diante dos negacionismos (artigo). In: **Café História – história feita com cliques**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/negacionismo-historico-historiografia/>. Publicado em: 29 abr. 2019. Acesso: janeiro de 2022.

⁴ FONER, Eric. **Who Owns History?** New York: Hill and Wang, 2002.

⁵ Idem.

⁶ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução: Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

⁷ FONER, Eric. **Who Owns History?** New York: Hill and Wang, 2002.

⁸ Idem.

⁹ RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Tradução: Estevão Chaves de Rezende Martins. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2010.

¹⁰ Idem.

Para Marx, "os homens fazem sua história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado"¹¹. Isto posto, entendemos que a pluralidade da ação história do homem no mundo está vinculada a um passado que, muitas vezes, não fomos nós que construímos e que a ciência História é marcada pelos distintos arranjos teórico-metodológicos que encaminham para o endosso da atribuição de significados da vida e das sociedades humanas.

Por exemplo, desde as explicações religiosas que pautavam a cronologia e a lógica da História, propondo uma verdade dogmática, até o positivismo, com um enfoque na proposição de um conhecimento verdadeiro advindo de um enfoque na proposição de um conhecimento verdadeiro advindo de um exercício que considerava as fontes oficiais como representantes fidedignas do passado, o que se pautará era a construção de um saber sobre a vida humana. Ou ainda, as contribuições da historiografia francesa com a crítica às fontes e a emergência de outros sujeitos e contextos para o estudo da História¹², bem como os contributos dos marxismos para se pensar as relações das estruturas econômicas, com a sociedade, vão sinalizar novamente outras possibilidades de ler e de interpretar as histórias. A própria aproximação com o campo da Literatura ou a inversão de escala proposta pela Micro História, sinalizam que embora seja possível a existência de outros olhares para o papel do historiador e para os percursos de construção do conhecimento histórico, o comprometimento social e científico de oferecer uma compreensão da vida e da sociedade estão presentes.

Porém, como pensar a História, seu ensino e seus processos de produção, quando o espaço público está tomado de versões que negam ou que se apropriam da História e de sua dinâmica de construção epistemológica de forma indevida? Em primeiro lugar, esclarecemos que, numa perspectiva emancipatória, a forma devida de ver e de fazer a História é aquela que possibilita a compreensão dos processos de produção e reprodução da vida, de modo que essa compreensão permite entender e superar as relações de opressão, anteriores e atuais.

Assim, o negacionismo que emergiu a partir do contexto do golpe de 2016, que tirou a Presidenta Dilma Rousseff da presidência da república, é sintomático de movimentos percebidos no contexto nacional que propalam outras versões sobre o período da ditadura

¹¹ MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luiz Bonaparte**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1969. p. 17.

¹² LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp: 1996. p. 535-599.

civil-militar (1964-1985)¹³. Para além disso, também minoram as graves violações aos direitos humanos, a institucionalização da tortura como prática do Estado, a censura e a supressão de outras liberdades fundamentais.

Cumprir destacar que todo esse movimento de negação da História, de modo interessado, bem como, com as cores locais brasileiras, são alvos de uma série de pesquisas recentes. Para a consulta, sugere-se a edição de artigos organizados por Valim, Avelar e Bevernage¹⁴ sobre o negacionismo nas investigações históricas e na historiografia. E, também é válido ressaltar, que uma série de trabalhos sobre o revisionismo, seja ele científico ou não, estão em franca expansão, podendo ser consultado as considerações de Valim e Chauvin¹⁵ para o ponto de partida. Durante o decorrer do texto, será retomado outras indicações e as concepções de partida dos conceitos mobilizados.

Retornando ao exemplo do negacionismo perante ao regime civil-militar, os defensores do que é nomeado de “revolução de 64”, colocam tal momento como decisivo na história republicana, salvando o país da pretensa adesão ao comunismo que seria orquestrada pelo então presidente João Goulart. Cumprir destacar que, por uma opção de recorte, marcou-se o golpe de 2016, como um momento singular de ilustração e de emergência do negacionismo, mas como já disposto por Nicolazi¹⁶, para citar um exemplo, a prática de negação à ciência, a invenção e disseminação de notícias falsas e a sobreposição de interesses privados diante dos sociais, são pregressos ao golpe, não tendo aqui o desejo dos autores em estabelecer origens ou outros marcos temporais. Ao fim, ainda se sublinha que o negacionismo não foi pano de fundo ou coadjuvante na trama enredada em 2016, mas sim, protagonista principal, articulado com setores reacionários e de extrema direita.

Não menos importante, surge no bojo do recrudescimento das políticas neoliberais, quando a perspectiva privatista atinge todos os segmentos da sociedade, e não apenas da

¹³ BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz; MATTOS, Hebe (Orgs.). **Historiadores pela Democracia – O golpe de 2016: a força do passado**. São Paulo, Editora Alameda, 2016.

¹⁴ VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre; BEVERNAGE, Berber. Apresentação - Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 41, nº 87, p. 13-36, 2021.

¹⁵ VALIM, Patrícia; CHAUVIN, Jean Pierre. Combates pela História do Brasil: uma resposta ao revisionismo histórico. **Jornal da USP**, São Paulo, 11 de outubro de 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/combates-pela-historia-do-brasil-uma-resposta-ao-revisionismo-historico/>. Acessado em: maio de 2022.

¹⁶ NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. **Revista História Hoje**, v. 8, p. 203-222, 2019. Disponível em: <https://rhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/525>. Acessado em: março de 2021.

economia, como querem crer alguns, alcançando direitos fundamentais como a saúde e a educação¹⁷. Essa última, alvo de toda sorte de interferências, torna-se objeto cobiçado do mercado, no qual serão vendidos desde materiais didáticos a vagas em cursos de toda natureza. Nesse contexto em que a educação se torna uma mercadoria, a história ensinada passa a ser reescrita, sob a ótica que mais favorece o mercado: a ótica da negação e do obscurantismo.

É interessante notar que o negacionismo opera com uma lógica de distorção, falseamento dos fatos, retorno a teorias já revistas e criticadas pela fortuna de pesquisadores, lançando luz e penumbra ao que convém para a montagem dessa versão paralela. Assim, observa-se um uso do passado que serve aos interesses variados de grupos específicos, que a exemplo da figura do Presidente da República, Jair Bolsonaro (2019-2022)¹⁸ e de seus seguidores, chancelam de modo lisonjeiro e reiterado, um novo olhar sobre a ditadura, não baseado em pressupostos teórico-metodológicos, mas sim, em uma negação da História, das fontes e de seus processos de produção.

A ditadura é um dos exemplos possíveis, entre tantos que poderiam ser oferecidos, para pensar a lógica de apagamento de uma história frente a outras. Um caso também passível de análise reflete sobre os distintos discursos acerca da escravidão: desde a ausência dos portugueses em solos africanos, até o entendimento que os próprios negros se entregavam para a escravidão, por ser benéfico a eles. Embora possa parecer grosseira e até mesmo assustadora tal afirmação, a lógica do negacionismo de apagar e não reconhecer fatos já chancelados e produzidos com rigor metodológico se faz presente.

Apesar de toda a produção científica, a partir de provas materiais, empíricas, o negacionismo rompe com a lógica afirmando que não houve tortura ou que a escravidão foi branda aos escravizados. Não por acaso, tais versões contribuem para a fragilização da compreensão das tensões entre capital e trabalho, apagando o processo histórico de constituição do capitalismo e as relações perversas e predatórias entre as metrópoles europeias e suas colônias. Contribui também para o apagamento das interferências das grandes

¹⁷ FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, Junho 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 abr. 2021.

¹⁸ No momento da escrita desse texto o presidente Jair Bolsonaro encontra-se no Partido Liberal (PL). Contudo, sua eleição se deu pelo Partido Social Liberal (PSL).

potências nos países periféricos, no nosso caso específico, nos países da América Latina, sob o pretexto de barrar a expansão comunista.

Como a História é a ciência que estuda o passado e também o presente, tais afirmações ressoam no nosso tempo como uma forma de desconectar as reverberações do processo histórico: negar a escravidão é não pensar no exercício de reparação histórica, nos escravizados que foram transformados em objetos e deles retirada toda humanidade durante o período escravocrata, não reconhecendo, por conseguinte, no presente, a necessidade de políticas públicas, ações afirmativas e cotas, como uma possível forma de enfrentamento das desigualdades históricas. É válido destacar que, quando nos reportamos ao negacionismo, seja ele relacionado à escravidão ou a ditadura civil-militar, por exemplo, não nos reportamos a um exemplo específico, visto a galeria, a coletânea diária de declarações de anônimos e de figuras públicas, bem como os mais diversos casos de aporofobia e violências diversas, vividas e compartilhadas por nós e pelas mídias.

Negar as mortes políticas ocorridas durante o período da ditadura civil-militar é atentar contra o sistema democrático, concordando só com o que é conveniente a uma determinada ideologia e contribui para espalhar discursos de ódio, travestidos pretensamente de opinião e conclamados como liberdade de expressão. Tal negação põe em risco as instituições de representação popular e aprofunda o sofrimento da classe trabalhadora. Portanto, a soma dos apagamentos gera o negacionismo, que identificam feridas sociais, latentes na atualidade, com a alcunha de doutrinação ou com a defesa de falas pretensamente neutras, teoricamente sem partidos e sem ideologias. A negação se posiciona de forma contrária ao processo estrutural que corrobora para os quadros de desigualdade no país, pois minimiza os fatos e conjunturas históricas, bem como, endossam os ataques à própria democracia.

Destarte, embora os contornos atuais com as cores das notícias falsas e de interesses políticos, os negacionismos percorrem toda a História, principalmente na negativa de eventos traumáticos e práticas repudiáveis, como o holocausto durante a Segunda Guerra Mundial, os crimes cometidos por japoneses nas guerras da Manchúria e Coréia, o não reconhecimento do racismo pela Confederação do Sul dos Estados Unidos e a releitura positiva de práticas (neo)coloniais por países europeus nos continentes africano e asiático, como evidenciam

respectivamente Vidal-Naquet¹⁹, Black²⁰, Foner²¹ e Chakrabarty²². Diante de tal cenário, que se observa tanto no Brasil, quanto no mundo, fomentam debates sobre o fazer ético da produção de conhecimento em História, bem como o compromisso da disciplina, dos pesquisadores e dos professores com as demandas da classe trabalhadora.

Desse modo, pensando no avanço das notícias falsas e nos discursos negacionistas dos fatos e dos processos de produção dos conhecimentos históricos, Keinberg²³ identifica que a maioria das práticas falaciosas e comprometidas com os interesses de grupos hegemônicos atuam de forma a fazer uma apropriação indevida da ciência, ou ainda implantar uma dúvida infundada acerca de seus processos epistemológicos e o próprio *métier* do profissional da História, negando os seus ofícios, suas metodologias.

Cumprir destacar, como assinala Chartier²⁴ que a História como ciência dinâmica é passível de novas leituras e interpretações, sendo esse revisionismo saudável e necessário à disciplina. Porém, existe um limite para a proposição dos relativismos, observando tanto as fontes e a vasta produção crítica de saberes, bem como a postura de repreensão a passados traumáticos e consensuais, buscando evitar a repetição de crimes históricos, como o caso do holocausto e dos regimes autoritários. A crítica em relação a prática de negação merece ser endossada, uma vez que o negacionismo não opera com uma prática científica, mas sim, com uma lógica sem princípios éticos e para os atendimentos dos mais variados interesses de grupos particulares, travestindo suas opiniões como verdades absolutas e próprias da realidade comum, vivida por todos.

Diante desse quadro, novamente se aventam questionamentos sobre o papel dos profissionais da História e da Educação diante desse cenário. O horizonte desejado e que se tem em vista é de um fortalecimento da aproximação entre a academia e a sociedade, evidenciando o entendimento de Foner²⁵ que a História contribui para pensar a existência humana e que é aberta a distintos entendimentos, em função do próprio desenvolvimento científico e das demandas do presente. Mas, os negacionistas justamente se opõem à abertura

¹⁹ VIDAL-NAQUET, Pierre. **Assassins of Memory**. New York: Columbia Press, 1992.

²⁰ BLACK, Jeremy. **Clio's Battles**. Bloomington: Indiana University Press, 2015. p. 207-213.

²¹ FONER, Eric. **Battles for Freedom: the use and abuse of American history**. New York: I. B. Tauris/The Nation, 2017. p. 175-190.

²² CHAKRABARTY, Dipesh. History and the politics of recognition. In: MORGAN, Sue; MUNSLOW, Alun & JENKINS, Keith. **Manifestos for History**. London: Routledge, 2007. p. 66-67.

²³ KEINBERG, Ethan. **Pandering to the timid.: the truth about post truth**. Wild On Collective, 2019.

²⁴ CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

²⁵ FONER, Eric. **Who Owns History?** New York: Hill and Wang, 2002.

de outras interpretações, negam os fatos e os processos de construção do conhecimento histórico, impondo uma história única, autoritária, que oculta, silencia outras vozes, é mentirosa e falseada.

A ciência de modo geral, aqui em particular a História, é pluralista tanto no percorrer da historiografia, quanto pela própria natureza do conhecimento científico. Assim, ela admite distintas interpretações e compreensões, desde que, baseadas em práticas respaldadas pela ética e pelos aparatos teórico-metodológicos da pesquisa histórica, o que não é o caso dos negacionistas, que manipulam versões lançando-as como legítimas, chegando ao nível da disseminação de mentiras grotescas. Logo, além de não tratar de outras versões e personagens, quer travestir mentiras de História.

Destarte, concorda-se com Friedlander²⁶ que aos historiadores cabe reapresentar a História para a sociedade, evidenciando suas distintas versões e os seus arranjos, por vezes ambíguos, contraditórios que forjaram as dinâmicas sociais, em um esquema de ruptura, mas também, de continuidade. A implicação dessa postura dialoga com o entendimento de Ricouer²⁷ na direção de que se é o cidadão que ao final emite suas conclusões e decisões acerca dos fatos ele precisa estar ciente de todo o espectro, miríade de possibilidades e versões, para que então, dê sua última palavra. Por isso, é relevante o investimento em uma formação integral, holística do sujeito, contrária ao entendimento negacionista, que simplifica ao rés do chão a complexidade dos diferentes sujeitos, contextos e espaços que fazem a História.

Desse modo, entende-se que o negacionismo não é uma corrente científica que pretende propor outras interpretações sobre a História, mas sim, oferecer uma visão única, restrita, baseada em interesses políticos e econômicos que não permitem o diálogo, a discussão. O retorno desses tipos de pensamento, presente nos diferentes períodos históricos e mais notadamente no pós-guerra, ressalta que a História sempre foi um campo de disputas e de contestação, de diferentes sujeitos e instituições, com intenções variadas. Para os profissionais da História, para além de repensar a própria produção do conhecimento historiográfico, é interessante refletir a necessidade de sua proximidade com os diferentes

²⁶ FRIEDLANDER, Saul. History, memory, and the historian: dilemmas and responsibilities. In: **New German Critique**, vol. 21, spring-summer 2000, p. 14.

²⁷ RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editoria Unicamp, 2007.

sujeitos, encaminhando para uma ocupação nas arenas pública e jurídica, em defesa do nosso ofício, bem como dos direitos sociais e das liberdades fundamentais.

Logo, com o objetivo de urdir a relação proposta pelo título, pode-se perceber que embora os avanços e as dinâmicas de historicização do negacionismo e das relações iniciais com o ensino e a historiografia, há a prevalência dos tempos verbais do futuro do pretérito e do passado imperfeito. Isso, marca, em uma perspectiva possível, a ideia não realizada da relevância da defesa da produção histórica e de seu ensino. Assim, esse momento de urgência, nos faz lembrar Benjamin²⁸, no sentido que os projetos políticos e sociais autoritários, negacionistas e calcados em notícias falsas, colocam em risco até os que já morreram.

Ensino de História e negacionismos

Antes de adentrar especificamente na questão do ensino de História, é importante propor uma distinção entre os conceitos de pós-verdade e notícias falsas, que embora tenham pontos de toque, são muitas vezes entendidos em uma relação sinonímica no senso comum. As notícias falsas, como homonimamente é sugerido, corresponde a uma ação deliberada, de cunho negacionista, de disseminar mentiras, informações falseadas, manipuladas. Enquanto a pós-verdade, em um sentido científico e localizado em correntes de pensamento denominadas de pós-estruturalistas e/ou críticas, buscam relativizar algumas premissas do conhecimento, a partir do próprio processo de produção²⁹. Cabe avaliar ainda, que o conceito de pós-verdade está, como outros, em disputa, podendo ter, centralidade ou não em outras análises empreendidas.

Embora, exista uma apropriação e usos de conceitos e categorias diversas sob a alcunha de pós-verdade, inclusive fora dos espaços acadêmicos, que relativiza a ideia de verdade a partir das opiniões e dos valores pessoais, enquanto uma construção epistemológica, a proposição de relativismos, não é problemática, desde que se respeite os padrões éticos e teórico-metodológicos, das fontes e do acúmulo de conhecimentos e de uma fortuna crítica a eles. Apesar de o aprofundamento dessa questão não ser objetivo aqui, é importante marcar que enquanto as notícias falsas e o negacionismo não se baseiam em uma

²⁸ BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. In: **Obras Escolhidas, vol. 1: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

²⁹ CASALI, Jéssica Pereira; GONÇALVES, Josiane Peres. Pós-estruturalismo: algumas considerações sobre esse movimento de pensamento. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 10, n.02, p. 84-92, 2018.

prática científica, a pós-verdade enquanto uma tônica da produção de conhecimento e de crítica a universalismos e a entendimentos estruturais, não busca divulgar informações im procedentes e/ou falaciosas³⁰.

Desse modo, é importante compreender a existência da História e de seus fenômenos, a partir do prisma da investigação histórica, que oferece uma interpretação acerca dos acontecimentos, e não pelos sentidos das crenças, dos valores e dos sentimentos que podem, ao fim, encaminhar para a negação. Esses quatro elementos se relacionam entre si e, no contexto do negacionismo, é observado uma sobreposição de valores e crenças pessoais, sejam religiosas, políticas, morais, em relação à produção do conhecimento histórico e aos resultados das pesquisas. Ao fim, essa perspectiva individual ou de um grupo restrito que se impõe, leva em muitos casos, ao processo de negação dos fatos, da realidade e do próprio processo de elaboração epistemológica da História. Não se realiza aqui uma tentativa de minorar a relevância das crenças e valores pessoais, que nos compõem enquanto sujeitos, cidadãos, mas sim sinalizar que tais entendimentos pessoais não podem sobrepujar uma compreensão de coletividade ou de rechaço ao conhecimento devidamente produzido e comprovado.

Uma possível relação sobre essa posição de olhar para o conhecimento científico com uma visão das crenças e dos valores, pode ser proposta em dois sentidos: tanto por uma pretensa ideia de verdade, defendida pelos pressupostos da ciência moderna com a objetividade, a neutralidade, com a generalização, quanto pela persistência de uma ideia de verdade ligada ao divino, aos dogmas cristãos, preponderantes na época. Embora os pressupostos modernos de ciência do século XVIII marquem uma contraposição a uma explicação teológica, baseada na leitura dos textos bíblicos e introduza uma ideia de comprovação, de empirismo, própria dos positivistas, a categoria de verdade única permanece, só alterando a sua forma de obtenção.

Os modelos para o fazer científico derivados das ideias modernas de ciência permanecem até os anos de 1970, com a contribuição e revisão de distintas teorias, tais como aquelas derivadas dos escritos de Marx e Engels e a historiografia francesa dos *Annales*. Entretanto, ao final da década de 1970, ocorre o que é denominado crise dos paradigmas e/ou uma virada linguística, que marcava uma crítica aos entendimentos do fazer científico do

³⁰ FERNANDES, Carla Montuori; OLIVEIRA, Luiz Ademir de; CAMPOS, Mariane Motta de; COIMBRA, Mayra Regina. A Pós-verdade em tempos de Covid 19: o negacionismo no discurso de Jair Bolsonaro no Instagram. *Liinc Em Revista*, v. 16, n. 02, p. 1-18, 2020.

positivismo e de um marxismo mais ortodoxo, com relação às lentes de análise dos fenômenos históricos³¹.

Nesse sentido, o conceito de verdade é criticado, na direção de se encaminhar que a disposição do que é verdadeiro parte de acordo com as fontes, com os métodos, com as teorias e com a ideia de provisório, já que a História é dinâmica e aberta a outras interpretações e descobertas. Portanto, a implicação desses novos olhares foi apropriada, de maneira controversa, pela academia e por grupos fora dela, gerando outros debates. Mas, reitera-se que, circunscrevendo-se na discussão do campo científico, a relativização do conceito moderno de verdade, cumprindo os critérios éticos e da produção da ciência, é importante para pensar outras escalas e outros sujeitos.

Em alguma interface com tais transformações, outro dilema enfrentado pelos historiadores foram as relações entre História e Literatura. Trabalhos como de Michel de Certeau³², Paul Ricoeur³³, Jacques Rancière³⁴, Chalhoub³⁵ e Sevcenko³⁶, para citar alguns exemplos, explicitaram que a História se realiza em um gênero narrativo, independentemente da orientação epistemológica seguida, seja o positivismo, como os fatos dos personagens políticos e oficiais; seja os marxismos, com as estruturas econômicas reguladoras na sociedade; seja pela Nova História, com a emergência de outros personagens e contextos.

Entretanto, alguns pensadores levaram ao limite de caracterização e de propriedades do campo científico, indicando que a História e a Literatura não seriam passíveis de distinção, já que ofereciam um conhecimento comparável, em termos de invenção e de descoberta, reforçando a ideia de a narrativa histórica ser uma literatura. Portanto, seguindo essa perspectiva, o texto produzido pelo historiador deveria ser estudado primeiro em suas caracterizações de forma, de linguagem, de retórica, para depois pensar outros aspectos, como

³¹ BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP, 1997.

³² CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. 21ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2014; CERTEAU, Michel de. **História e Psicanálise: entre ciência e ficção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

³³ RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como outro**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014; RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1997.

³⁴ RANCIÈRE, Jacques. **A noite dos proletários**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. São Paulo: Editora 34, 2005.

³⁵ CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

³⁶ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

o epistemológico. Hayden White³⁷, historiador norte-americano, é um dos mais célebres dessa linha, podendo citar também LaCapra³⁸.

Em uma espécie de resposta para explicitar as especificidades da narrativa histórica, Chartier³⁹ salientou que a produção do texto do historiador corresponde a uma dependência das fontes, do conhecimento já acumulado e das técnicas de sua produção, marcando assim que, independente da forma como se narra o texto, o produto não é literatura, sim ciência. Desse modo, reconhece-se a importância de se pensar as especificidades dos modelos de construção do conhecimento histórico, afirmando assim que a História constrói enunciados científicos, não em um sentido restrito do paradigma de Galileu, baseado na matemática e na dedução, mas sim, por se pautar em técnicas e formas de produção que balizam o trabalho do historiador.

Outra distinção que se faz relevante destacar, é com relação aos conceitos de negacionismo e revisionismo, no que se referem às diferenças, já que muitas vezes também são colocados como sinônimos. O revisionismo é um processo próprio da ciência histórica, que a exemplo da citada crise dos paradigmas, foi um movimento importante para se questionar os grandes modelos interpretativos. Como também é um conceito próprio do seu tempo, sofreu variações ao longo da história: já fora considerado um insulto entre autores marxistas que faziam críticas a alguns entendimentos da teoria, por exemplo, uma vez que, é salutar pensar na existência de marxismos no plural, tendo em vistas as críticas e revisões feitas desde o século XIX até a contemporaneidade⁴⁰. Porém, não cabe aqui propor uma análise teórico-histórica das ideias marxistas, mas sim, chamar atenção para um alargamento do uso do termo de revisionista, prevalecendo uma postura negativa e/ou de um juízo de valor. Cumpre ressaltar também que a prática de revisão não é contrária às perspectivas dos marxismos.

³⁷ WHITE, Hayden. **Meta-história**. SP: EDUSP, 1994; WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. SP: EDUSP, 2001.

³⁸ LACAPRA, Dominick. **Rethinking History**: Texts, Contexts Language, Nova York: Ithaca, 1983.

³⁹ CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

⁴⁰ GALASTRI, Leandro. **Gramsci, Marxismo e Revisionismo**. Campinas: Autores Associados, 2015; BORON, Atílio; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina. **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

Em alguma medida, no caso específico, todo o trabalho de pesquisa em História, tem um elemento, que pode ser de objetivo, de investigação ou da própria metodologia e/ou instrumentos, que se referem a uma revisão do que já foi produzido acerca da temática, do objeto, do problema. Então, o novo conhecimento é produzido a partir de levantamentos, estados do conhecimento, pesquisa bibliográfica e na inserção na literatura especializada, o que já foi construído sobre aquele ramo de saber. Assim, é em um exercício que também se chancela no princípio ético, da autoria, que se produz revisões, novas interpretações ou trabalhos que ratificam disposições já difundidas.

Assim, esse revisionismo científico não encontra correspondência com o negacionismo, que em muitos casos, são postos de forma pareada. O que se assume aqui como negacionismo é que ele não é uma corrente científica e tem como principal característica a negação dos fatos, da realidade e de todo o processo de construção dos conhecimentos, manipulando de forma falaciosa e interessada, por vezes travestida de ciência ou plantando dúvidas com relação à capacidade de produção dos saberes, uma proposição de História única, própria da elite econômica e do autoritarismo político.

Após a breve apresentação de algumas categorias, principalmente no que tange ao ensino de História, o momento pandêmico e contexto negacionista, parte-se para algumas considerações acerca do ensino de História, que se apresentam interligadas as demandas do negacionismo e da escrita da disciplina, sem minorar, portanto, o campo de ensino, mas sim, integrá-lo aos incômodos levantados. Assim, mesmo diante do cenário sombrio que se apresenta, marcado tanto pelos negacionismos e notícias falsas, quanto por tantos outros desafios, os profissionais da História e o seu ensino são conclamados a ocupar os espaços públicos para pensar coletivamente sua atuação, sua ciência, embora a polarização e a hostilidade frente ao diálogo, proposto por uma visão única advinda da negação.

A proposição de relacionamento entre a temática do negacionismo com o ensino, seguem uma orientação de pressupostos de Rüsen⁴¹ que sublinha a necessidade de articulação entre os saberes históricos acadêmicos e escolares, marcando a correlação de tais conhecimentos com a vida prática e desenvolvida na escola, valorizando as aprendizagens e as consciências de alunos e de professores. Então, o ensino de História se insere numa perspectiva transdisciplinar para enfrentar as questões presentes e produzir saberes, intimamente relacionados a condição e o sentido de vida dos sujeitos.

⁴¹ RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica. Teoria da história**: os fundamentos da ciência histórica. Tradução: Estevão Chaves de Rezende Martins. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2010.

Para Rüsen⁴² o ensino de História se insere em considerar a disciplina como ciência, que segue modelos teórico-metodológicos próprios, que se inserem em interpretações próprias da matéria, bem como na relação com temáticas específicas, outros campos do conhecimento e com a vida prática. Portanto, quando se vislumbra as possíveis conexões entre o ensino de História e o negacionismo, aponta para o que Rüsen⁴³ vai sinalizar como pensamento histórico, que demanda observar os sentidos e as estruturas dos eventos, a partir de operações que observam as experiências, as interpretações, as orientações e as motivações. Logo, o ensino de História não é independente de toda a conjuntura descrita no texto, e para realçar a analogia proposta no título, a disciplina histórica sinaliza para o futuro do presente, no sentido de que os diferentes tempos encaminham para uma projeção futura, marcando o lastro com a vida prática.

O ensino de História propõe segundo Rüsen⁴⁴, que o conceito de verdade, deva considerar relativizações culturais e as práticas humanas que o produz, garantindo que a intersubjetividade, no sentido de reconhecer as diferenças, possa ser conseguido. Isso é relevante para pensar que, em meio a um contexto de negacionismo, é preciso balizar o conhecimento histórico e a proposição da verdade, diante do respeito e do reconhecimento da alteridade. Assim, a matriz disciplinar para Rüsen⁴⁵ é indissociável ao pensamento, a cultura, as práticas e os significados produzidos pelos sujeitos e pela História, reforçando assim, a necessidade de considerar o negacionismo em uma perspectiva do ensino.

Rüsen⁴⁶ não descarta a subjetividade na cultura, na produção e na consciência históricas, porém reforça que a História possui elementos para controlar os saberes produzidos, observando as ideologias e as razões humanas práticas. Isso, deve ser sublinhado, em tempos de franca dispersão de notícias falsas, já que a ciência possui limites e não pode ser sintetizada a opinião. Nesse sentido, o pensamento histórico, que também precisa ser reconhecido com os seus elementos políticos e limitações, encaminha para a aprendizagem, composta de reflexões de experiências e de dimensões temporais, que reconhecem a multiplicidade das identidades e de como os tempos se relacionam com os processos hermenêuticos e humanos⁴⁷.

⁴² Idem.

⁴³ Idem.

⁴⁴ RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica. Teoria da história**: os fundamentos da ciência histórica. Tradução: Estevão Chaves de Rezende Martins. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2010.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Idem.

Por fim, repete-se que a História e o seu ensino, ainda mais no contexto do negacionismo, se volta ao futuro do presente, associando as temporalidades para responder a questões contemporâneas, que são clivadas por sentidos, que para Rüsen⁴⁸, são significativos, plurais, históricos e mobilizadores de sentidos e contrasentidos. Posto isso, seguem mais considerações acerca do ensino de História, ancorado na sua pertinência enquanto conhecimento que pode contribuir para responder as demandas que se inscrevem ante ao negacionismo.

Apesar de muitas vezes se tratarem de assertivas espantosas, como da terra plana, a pretensa distribuição do *kit gay* ou ainda da negação da ditadura civil-militar brasileira ou do holocausto, cabe a persistência da tentativa de diálogo, de leitura crítica do livro didático e da realidade, mesmo repetindo que os desafios e limites vultuosos que são impostos, porém em parte, transponíveis. Soma-se a esse contexto conflituoso a alcunha de doutrinador atribuída aos profissionais das ciências humanas e da presença da censura e da perseguição proposta por projetos como o Escola Sem Partido. Não se combate o negacionismo com uma postura fechada ao diálogo, como a própria negação propõe, nem como uma História encastelada⁴⁹, que comunica apenas para os seus pares. Porém, o diálogo com os adeptos dessas teorias se torna cada vez mais inviável, exigindo de nossa tarefa um esforço cada vez mais hercúleo.

Concebemos aqui o profissional da História, como professor e pesquisador, de forma conjunta e sem dicotomias, em razão de uma compreensão que ambos pesquisam e comunicam, habilidades que poderiam ser próprias do bacharelado e da licenciatura, em uma visão restrita, independentemente dos contextos e das relações, embora saibamos das distinções impostas pelas condições de trabalho e de formação, por exemplo. Mas, situando-se nesse bojo, a interpretação que também fazemos é que a discussão das temáticas historiográficas é diretamente relacionada às questões próprias do ensino.

Quando se critica um encastelamento, um encerramento da História em si mesma e/ou para seus pares, localizando as ausências nos espaços e interlocuções públicos e os posteriores ataques, o ensino da disciplina encontra correspondência, reverberando dentro e fora da academia, o inóspito, a aridez e a anemia das possibilidades de diálogo e transformação da realidade. O contrário também é verdade, quando percebemos que de forma paulatina e crescente outras demandas, como dos movimentos sociais, identitários e de direitos humanos, por exemplo, adentram a escrita da História, oferecendo assim, espaço frutífero para as

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ CAVALCANTI, Eri. **A História “encastelada” e o ensino “encurralado”**: escritos sobre História, ensino e formação docente. Curitiba: CRV, 2021.

discussões do ensino. Assim, o que se quer sinalizar é da necessidade das articulações entre o ensino e a pesquisa, bem como para que as temáticas trabalhadas encontrem correspondência com os dilemas da sociedade⁵⁰.

Então, o debate que relaciona a produção do conhecimento, o seu ensino e os contextos de negacionismos, revisionismos e notícias falsas, encaminha para a necessidade de uma crítica ao processo epistemológico, direcionado a pensar sobre a ação conjunta de se pesquisar, produzir e explicar a História aos demais sujeitos, principalmente em um contexto em que a negação conduz à morte, à barbárie. Por isso, reforça-se que a pesquisa histórica e seu ensino, mesmo diante de desafios tão próprios e tão imperativos, não seja alienígena, estrangeiro aos sujeitos, possibilitando que eles experimentem, provem das preocupações com o presente, com o passado e com o futuro que são interpretadas e dialogadas entre os historiadores e os demais.

Por isso, o ensino de História diante dos negacionismos e das notícias falsas nos impõe a pensar nas relações com o tempo, buscando compreender suas linhas de força, suas possibilidades de criação e de existência, enfocando a dimensão do presente, como o tempo que se vive, que fomenta perguntas ao passado e que se compromete a refletir sobre o futuro, não em uma perspectiva de previsão, mas de prolongamento e/ou de descontinuidade dos aspectos temporais. Desse modo, o ensino é um dos fatores que clivam e que significam a História. Independentemente da atuação, endossa-se a perspectiva sob a qual a aprendizagem e a formação são permanentes e a partir da qual a pesquisa, a socialização e a comunicação das produções são intrínsecas, compartilhadas pelo ser e pelo fazer do professor-pesquisador.

Apesar dos enfrentamentos no campo da formação inicial dos professores e dos contextos de trabalho na educação básica, o ensino de História, respondendo principalmente às demandas do presente, como os ataques dos negacionistas e dos financiadores de notícias falsas, reafirma a importância das questões sobre a aprendizagem da disciplina e a formação para a docência histórica. Assim, esses objetos são conjugados tanto pelo ensino, como na historiografia, como dos debates nas arenas públicas sobre os papéis, os usos e as culturas de passado⁵¹ em meio às disputas políticas, as invenções, as opções culturais e a seleção interessada de determinados grupos. Nesse sentido, retorna-se para a importância de se

⁵⁰ Idem.

⁵¹ NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. **Revista História Hoje**, v. 8, p. 203-222, 2019. Disponível em: <https://rhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/525>. Acessado em: março de 2021.

sublinhar que tanto o seu ensino, quanto seus processos de produção, devem observar os hiatos e a forma exógena que se apresentam das vidas dos sujeitos, especialmente em contextos de intensa disseminação de notícias falsas. Isso tudo, encaminha de forma consonante para a necessidade da articulação epistemológica da docência, da pesquisa e da sociedade, retratada no parágrafo anterior.

O ensino demarca uma necessidade de se retornar aos contextos vividos, aos agentes, aos tempos e aos espaços, frente a uma construção epistemológica da História que por vezes se esquece da vida prática dos sujeitos, sob a égide de uma elaboração científica encastelada, ensimesmada⁵². Dessa forma, pode-se afirmar sobre as dimensões de ensino-aprendizagem da disciplina, em um contexto marcado por ataques de negacionistas da ciência, que a produção do conhecimento histórico não pode ser alheia ao contexto no qual se dá, longínqua da vida, do ser humano. O primeiro passo é fazer as críticas com relação às epistemologias, aos modos de construção, às ausências e aos silêncios da História. Entretanto, para além de reconhecer e refletir, é necessário nos colocarmos questões, acerca dos nossos compromissos e das nossas ações, mesmo que limitadas, sobre o tipo de História e de indagações que mediarei e fomentarei aos nossos alunos.

É um movimento necessário, complexo e sem receituários, que direciona tanto para a exterioridade da História das vidas dos sujeitos, quanto para o reconhecimento que aquelas histórias nos pertencem, nos constituem, nos constroem. Destarte, são nas sendas e nas veredas do ensino de História, que propomos uma leitura verbal focada no futuro do presente, pensando no que de bom podemos esperar da escrita da História e das resultantes dos nossos enfrentamentos e lutas diárias.

Desse modo, retornando a discussão da pós-verdade e das notícias falsas, o que circula e é produzido, disseminado pelo senso comum, de forma passiva ou ativa, são informações mentirosas, falaciosas, pintadas como verdades resultantes de pesquisas científicas, que ganham ainda mais relevo, quando se aproximam dos seus esquemas de valores e crenças.

Nesse sentido, é importante compreender quais os interesses e agentes fomentam os negacionismos e as notícias falsas, pensando no debate, na relação dialógica do conhecimento científico com os sujeitos que receptam e repassam, acreditam em tais falácias, movidos pelos sentimentos, crenças. Assim, mesmo com os desafios, que em função da pandemia, trazem

⁵² CAVALCANTI, Eri. **A História “encastelada” e o ensino “encurralado”**: escritos sobre História, ensino e formação docente. Curitiba: CRV, 2021.

outras cores de sobrecarga e de precariedade do trabalho docente, a posição de diálogo e de formação integral, precisam compor o comprometimento da educação e do educador, em prol da formação de uma sociedade mais justa.

Dessa forma, a precarização do trabalho docente incide não apenas nas condições materiais e estruturais, que são essenciais ao trabalho, mas se configuram como óbice ao ensino que problematiza, que emancipa. Essas condições adversas, que dificultam e, por vezes, impossibilita o trabalho do professor de modo contextualizado e implicado com os cotidianos dos estudantes, é gerado pelo desinvestimento na pesquisa, bem como por pautas legais e curriculares que restringem a formação docente, em razão dos interesses do capital, contribuindo com a atuação precária do professor. Nesse quadro, o negacionismo encontra terreno fértil para lançar raízes que abalam o edifício da História.

Dessa maneira, além de considerar o campo do ensino de História como autônomo e repleto de produções, é necessário também que, mesmo com as suas idiossincrasias, ele não seja concebido de forma apartada do processo de construção e de investigação que gera uma vasta gama de conhecimentos. Nesse sentido, retomando a analogia proposta pelo título do trabalho, persegue-se um horizonte do futuro do presente, contrário ao amálgama mal situado do pretérito imperfeito e do futuro do passado, que marcam a desconsideração do ensino e das demais áreas de conhecimento da História, a serviço muitas vezes, da barbárie.

Destarte, mais que receituários ou indicações, a proposição pode encaminhar para o fomento de uma reflexão crítica, tanto para os estudantes que se veem diante das distintas narrativas, principalmente aquelas que são aderidas, que tem componentes afetivos, quanto para os professores, que são convidados a pensar sobre as próprias práticas educativas, antes, durante e depois de suas ações.

À guisa das considerações finais

O artigo se propôs a fazer uma discussão com base na literatura especializada acerca do negacionismo e das relações com a produção de conhecimento historiográfico e o ensino de História, como principais focos. Para tanto, considerando o contexto pandêmico e o agravamento do quadro político-social, em razão da ingerência governamental, da disseminação de notícias falsas e do negacionismo científico. Assim, discutiu-se primeiramente o modo de produção do conhecimento histórico e o (não) lugar do

negacionismo em tal dinâmica. Em seguida, de forma articulada, foram refletidas algumas possibilidades e limites do ensino de História ante ao cenário do tempo presente.

Talvez afirmar que a História esteja enfrentando um cenário de crise e/ou de incerteza seja um truísmo, uma constatação óbvia, a se observar o quadro histórico de disputas e o cenário atual de negacionismos. Enquanto ciência, desde o final dos anos de 1970 que a ideia de crise retoma a disciplina, mas naquele momento, relacionada a revisão dos entendimentos epistemológicos que negavam então concepções de quantificação, seriação e estruturalistas presentes em ideias do positivismo e de vertentes do marxismo. Desse modo, observa-se a saída das categorias principais que marcavam a inteligibilidade do trabalho do historiador, com foco nas estruturas econômicas que pautavam as relações sociais, independentes de consciências subjetivas.

Assim, o objeto da História sofre mutações, saindo de um padrão serial e estatístico, voltando e fazendo emergir com mais força os papéis dos sujeitos na sociedade, buscando uma interlocução teórica com outros campos do conhecimento, tais como a Sociologia e a Antropologia. Nessa direção, o foco e o objeto da História mudaram da perspectiva estrutural das relações e regulações econômicas na/da sociedade para a ação dos indivíduos ou de seus coletivos em contextos sociais. Logo, não se trata de negar a estrutura econômica, mas sim, perceber como os indivíduos produzem e são produzidos a partir de tais relações mais ou menos impositivas.

Então, observa-se um movimento da saída da regra, do recorrente, para o que é inventivo, negociado e concessivo nas demandas entre os sujeitos e contextos, assumindo centralidade nas análises e compreensões. É nesse bojo que emerge a Micro História italiana, a exemplo de trabalhos como de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, que propõem a partir de uma diminuição de escalas, explicitando os caracteres singulares da vida humana, matéria para se refletir sobre a sociedade e suas instituições, por exemplo, relacionando o individual e o coletivo.

Em meio a uma reafirmação da História enquanto ciência e da superação e revisão de crises e críticas epistemológicas e profissionais, o que fora observado em um passado, não tão distante, nos serve para refletir sobre o presente. O breve arrazoado da escrita da História, apresentado nas considerações finais e que retomam aos debates empreendidos e/ou citados ao longo do texto, nos faz observar a nossa crise atual, com o enfoque nos negacionismos. Diferentes de outras épocas que se notou uma ruptura mais própria nos modelos da História,

agora enfrentamos uma desqualificação da ciência, como um todo, em uma perspectiva de bem e de valor, que não se ocupa a reconhecer ou propor outras nuances, notas do saber, mas sim, de uma negação total a tudo que se remete à ciência, mesmo que, por vezes, a negação se travista de conhecimento produzido na academia.

É uma tarefa hercúlea mostrar as idiossincrasias do texto histórico, frente a tantas outras representações do passado, pois hoje os assassinos da memória, os negacionistas e os revisionistas, que agem desrespeitando princípios da dignidade humana e da ética, e que já não eram desconhecidos dos historiadores já a algumas décadas, tomam contornos das notícias falsas e da generalização da negativa: não se reconhece o fato nem a realidade, bem como aos seus processos de produção dos dados e dos conhecimentos. Esse horizonte tão desafiador, agravado pelo quadro sanitário da pandemia, reforça-se um ensino de História cada vez mais necessário para a formação reflexiva, bem como a abertura constante para o diálogo.

Portanto, o combate ao ceticismo e ao relativismo que não é protegido pelo fazer ético da disciplina e da pesquisa, passa por dialogar não só de forma orgânica ao campo do conhecimento, mas sim, com outras áreas, outros sujeitos e outras instituições, marcando uma tentativa conjunta de pensar a produção do conhecimento, não só no ramo da História. Diante do panorama que o negacionismo nos coloca de quebra de expectativa com uma ação não finalizada e/ou cumprida dentro do esperado, como propõe o pretérito imperfeito e o futuro do passado, suscita o refletir sobre a produção e divulgação da História no espaço público, fazendo que o professor-pesquisador ocupe seu lugar nas arenas sociais, se manifestando contrário à barbárie. Porém, os dilemas enfrentados, sinalizam como o tempo verbal do futuro do presente, a possibilidade de um horizonte melhor, mais crítico, tanto pela postura que fomenta a reflexão história atrelada a realidade vivida, bem como pelo direcionamento de aproximar a História e sua produção, escrita aos distintos públicos e espaços.

Ao fim, é também um convite para uma ação coletiva para que o conhecimento, comprometido com as demandas sociais, possa chegar a todos e ocupar os espaços das arenas públicas. Embora, possa ser comum uma perspectiva trágica da história que é compartilhada por professores, estudiosos e pessoas sensíveis aos problemas do mundo, não se pode deixar a posição de combatente frente aos retrocessos, notícias falsas e ao ideário que o conhecimento histórico é subsidiado por opiniões.

E mesmo que o movimento dos docentes seja paulatino e as manifestações em prol da divulgação científica esbarre na articulação consolidada e financiada das notícias falsas, não se pode esquecer dos inúmeros embates travados na sala-arena em relação a temas como racismo, escravidão, ditadura civil-militar e agora, os negacionismos. Assim, nas considerações finais, aventa-se que a proposta contida no título, marca um desejo profundo por um futuro do presente democrático, dialógico e com pertença entre a educação e a sociedade, uma vez que o passado imperfeito e o futuro do pretérito encaminharam a não finalização em rumo a um projeto educacional holístico, ou pior, a um descaminho terrível, de reendosso a sevícias e a desinformação.

Novamente, não se objetiva um receituário ou algo do tipo. Mas, um horizonte de fortalecimento de associações e de sindicatos, a integração da comunidade escolar fomentando os debates nas arenas públicas sobre os direitos sociais, são alguns caminhos possíveis para um bom combate.

Referências Bibliográficas

ÁVILA, Arthur de Lima. Qual passado usar? A historiografia diante dos negacionismos (artigo). In: **Café História – história feita com cliques**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/negacionismo-historico-historiografia/>. Publicado em: 29 abr. 2019. Acesso: janeiro de 2022.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. In: **Obras Escolhidas, vol. 1: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz; MATTOS, Hebe (Orgs.). **Historiadores pela Democracia – O golpe de 2016: a força do passado**. São Paulo, Editora Alameda, 2016.

BLACK, Jeremy. **Clio's Battles**. Bloomington: Indiana University Press, 2015. p. 207-213.

BORON, Atilio; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina. **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP, 1997.

CASALI, Jéssica Pereira; GONÇALVES, Josiane Peres. Pós-estruturalismo: algumas considerações sobre esse movimento de pensamento. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 10, n.02, p. 84-92, 2018.

CAVALCANTI, Eri. **A História “encastelada” e o ensino “encurralado”**: escritos sobre História, ensino e formação docente. Curitiba: CRV, 2021.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. 21^a. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CERTEAU, Michel de. **História e Psicanálise**: entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

CHAKRABARTY, Dipesh. History and the politics of recognition. In: MORGAN, Sue; MUNSLOW, Alun & JENKINS, Keith. **Manifestos for History**. London: Routledge, 2007. p. 66-67.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

FERNANDES, Carla Montuori; OLIVEIRA, Luiz Ademir de; CAMPOS, Mariane Motta de; COIMBRA, Mayra Regina. A Pós-verdade em tempos de Covid 19: o negacionismo no discurso de Jair Bolsonaro no Instagram. **Liinc Em Revista**, v. 16, n. 02, p. 1-18, 2020.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, Junho 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 Abr. 2021.

FONER, Eric. **Who Owns History?** New York: Hill and Wang, 2002.

FONER, Eric. **Battles for Freedom: the use and abuse of American history**. New York: I. B. Tauris/The Nation, 2017. p. 175-190.

FRIEDLANDER, Saul. History, memory, and the historian: dilemmas and responsibilities. In: **New German Critique**, vol. 21, spring-summer 2000, p. 14.

GALASTRI, Leandro. **Gramsci, Marxismo e Revisionismo**. Campinas: Autores Associados, 2015.

KEINBERG, Ethan. **Pandering to the timid.: the truth about post truth**. Wild On Collective, 2019.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

- LACAPRA, Dominick. **Rethinking History: Texts, Contexts Language**, Nova York: Ithaca, 1983.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp: 1996. p. 535-599.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luiz Bonaparte**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1969. p. 17.
- NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. **Revista História Hoje**, v. 8, p. 203-222, 2019. Disponível em: <https://rhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/525>. Acessado em: março de 2021.
- PAULA, Lorena Tavares de; BLANCO, Yuri Augusto; SILVA, Thiago dos Reis Soares da. Pós-verdade e fontes de informação: um estudo sobre *fake news*. **Revista Conhecimento em Ação**, v.2, n.1, p. 93-110, jan./jun, 2018.
- RANCIÈRE, Jacques. **A noite dos proletários**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. São Paulo: Editora 34, 2005.
- RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como outro**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editoria Unicamp, 2007.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1997.
- RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Tradução: Estevão Chaves de Rezende Martins. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2010.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- VALIM, Patrícia; CHAUVIN, Jean Pierre. Combates pela História do Brasil: uma resposta ao revisionismo histórico. **Jornal da USP**, São Paulo, 11 de outubro de 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/combates-pela-historia-do-brasil-uma-resposta-ao-revisionismo-historico/>. Acessado em: maio de 2022.
- VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre; BEVERNAGE, Berber. Apresentação - Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 41, nº 87, p. 13-36, 2021.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. **Assassins of Memory**. New York: Columbia Press, 1992. 232p.
- WHITE, Hayden. **Meta-história**. SP: EDUSP, 1994.
- WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. SP: EDUSP, 2001.